



Esta edição da revista E-Legis apresenta um dossiê temático e quatro artigos de temas livres, totalizando 11 *papers*.

O dossiê *Sociologia Política: cenários teóricos e perspectivas empíricas* tem como objetivo fomentar a produção de estudos que contemplem as várias tendências e perspectivas de pesquisa na área de Sociologia Política na atualidade. Foram selecionados trabalhos teóricos e empíricos, especialmente aqueles que exploram as interfaces com instituições políticas e movimentos sociais.

O estudo da Sociologia Política tem adquirido cada vez mais relevância em um cenário em que o campo disciplinar da Sociologia se consolida como um campo plural e multifacetado. Ademais, faz-se necessário reconhecer os trabalhos produzidos nessa área, tendo em vista que os pesquisadores brasileiros raramente se autodeclaram como pertencentes a esse campo. Em razão disso, justifica-se a produção e publicação de um dossiê temático que seja capaz de contemplar tanto a diversidade teórica dos estudos sociopolíticos como a multiplicidade de metodologias aplicadas em pesquisas empíricas, atualmente.

O dossiê é organizado por professores e pesquisadores dos programas de pós-graduação em Sociologia Política ou que fazem interface com essa área das seguintes instituições: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IESP/UERJ), Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF).

Na sequência os organizadores fazem uma apresentação específica sobre o dossiê.

Em relação aos quatro artigos de temas livres, dois são da área de Direito e dois de Ciência Política. No primeiro caso, temos em primeiro lugar *Reflexão histórico-crítica sobre a propriedade privada no Brasil*, assinado por Denise Oliveira Dias, Hamilton Afonso de Oliveira. Trata-se de uma reflexão teórica sobre a formação do direito de propriedade privada no Brasil. Em seguida temos *O processo legislativo na Constituição federal de 1988: perspectivas de evolução e tendências*, de Arthur Paku Ottolini Balbani e Elival da Silva Ramos, tem como objeto o estudo comparativo entre o processo legislativo originalmente previsto na Carta Magna e os dispositivos estabelecidos em outros normativos, como o regimento interno da Câmara dos Deputados.

Fechando a edição, há os dois estudos da área de Ciência Política. O primeiro, intitulado *Processo político: uma análise sobre a efetividade das ações sociais na aprovação de uma*

*emenda constitucional*”, é de autoria de Gustavo Cruz de Sousa Junior. O estudo analisa os agenciamentos da sociedade civil, por meio de movimentos sociais, em prol da Proposta de Emenda Constitucional 90/15.

O segundo tem como título, *Descentralização da agenda? Os governos PSDB e PT e o processo legislativo brasileiro: uma análise do sucesso legislativo presidencial e dos deputados federais*. De autoria de Rodolfo Scotelaro Porto Darrieux, o texto tem como objetivo examinar as causas das mudanças no perfil dos projetos de lei aprovados no Brasil entre 1995 e início de 2016. O argumento sustentado é de que as mudanças na organização do processo e o conseqüente sucesso legislativo na Câmara dos Deputados foram devidos às diferentes estratégias políticas de montagem de coalizões traçadas pelo partido que ocupou o Governo em cada período.